



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 3, art. 8, p. 167-193, mar. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.3.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Compreensão e Manifestação de Sexismo no Contexto Policial Brasileiro

Understanding and Manifestation of Sexism in the Brazilian Police Context

Ayssa de Sousa Carvalho

Graduanda em Psicologia pela Christus Faculdade do Piauí – Chrisfapi

E-mail: ayssacarvalho00@gmail.com

Francijairo Lima da Costa

Graduando em Psicologia pela Christus Faculdade do Piauí – Chrisfapi

E-mail: francijairolimadacosta@gmail.com

Ágatha Aila Amábili de Meneses Gomes

Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza

Docente da Christus Faculdade do Piauí – Chrisfapi

E-mail: agatha.aila@chrisfapi.com.br

Endereço: Ayssa de Sousa Carvalho

Rua Acelino Rezende, 132, Centro, CEP: 64260-000,
Piripiri/PI, Brasil.

Endereço: Francijairo Lima da Costa

Rua Acelino Rezende, 132, Centro, CEP: 64260-000,
Piripiri/PI, Brasil.

Endereço: Ágatha Aila Amábili de Meneses Gomes

Rua Acelino Rezende, 132, Centro, CEP: 64260-000,
Piripiri/PI, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 02/02/2026. Última versão
recebida em 28/02/2026. Aprovado em 29/02/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O contexto policial brasileiro é apontado como um dos ambientes que frequentemente reforça o sexismo e os estereótipos de gênero. Assim, este trabalho se justifica pela necessidade de evidenciar a ocorrência e as consequências do sexismo na prática policial, que pode influenciar diretamente o tratamento e a investigação de casos, especialmente os de violência contra a mulher. Outrossim, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como o sexismo é manifestado entre policiais brasileiros, buscando identificar formas de expressão do sexismo hostil e benevolente nesse grupo profissional. O processo de coleta de dados ocorreu através de um instrumento aplicado via plataforma *Google Forms*, sendo composto por um questionário contendo informações sociodemográficas e profissionais, bem como três vinhetas que envolvem situações do ambiente de trabalho policial. A pesquisa contou com a participação de 37 policiais, com idade entre 23 e 59 anos dos quais 30 eram homens (81,1%) e 7 mulheres (18,9%). De modo geral, as falas dos policiais evidenciaram a baixa presença de discurso sexista. Outrossim, foi notável que, quando se apresentava uma situação em que o sexismo encontrava-se implícito e disfarçado de estereótipos positivos, os policiais possuíam uma tendência maior a se utilizar de discursos preconceituosos. Assim, a partir da análise das respostas dos participantes, percebeu-se a predominância do sexismo em sua forma mais sutil e benevolente. Ainda que em menor proporção, também foram identificadas manifestações de preconceito hostil, marcadas por atitudes mais explícitas de desvalorização ou descrença em relação à competência feminina.

Palavras-chave: Sexismo. Polícia. Preconceito.

ABSTRACT

The Brazilian police context is identified as one of the environments that frequently reinforces sexism and gender stereotypes. Thus, this work is justified by the need to highlight the occurrence and consequences of sexism in police practice, which can directly influence the treatment and investigation of cases, especially those of violence against women. Furthermore, the present study aims to understand how sexism is manifested among Brazilian police officers, seeking to identify forms of expression of hostile and benevolent sexism in this professional group. The data collection process took place through an instrument applied via the Google Forms platform, consisting of a questionnaire containing sociodemographic and professional information, as well as three vignettes involving situations from the police work environment. The research included the participation of 37 police officers, aged between 23 and 59 years, of whom 30 were men (81.1%) and 7 women (18.9%). In general, the statements of the police officers showed a low presence of sexist discourse. Furthermore, it was notable that when presented with a situation where sexism was implicit and disguised as positive stereotypes, police officers showed a greater tendency to use prejudiced discourse. Thus, from the analysis of the participants' responses, the predominance of sexism in its most subtle and benevolent form was observed. Although to a lesser extent, manifestations of hostile prejudice were also identified, marked by more explicit attitudes of devaluation or disbelief regarding female competence.

Keywords: Sexism. Police. Prejudice.

1 INTRODUÇÃO

O sexismo pode ser entendido como uma atitude em relação a uma pessoa com base em sua pertença grupal a partir de seu sexo biológico, seja essa pessoa homem ou mulher, e seja essa atitude negativa ou não (EXPÓSITO; MOYA; GLICK, 1998). Entretanto, apesar de ambos os grupos poderem ser vítimas dessa forma de preconceito, existe uma propensão a considerar o sexismo como uma atitude negativa contra a mulher, visto que a violência contra o sexo feminino é um fenômeno presente em todas as sociedades (EXPÓSITO; MOYA; GLICK, 1998; FERNANDES *et al.*, 2020).

Assim, o sexismo configura-se como uma forma específica de preconceito marcada pela ambivalência (HELB; LAW; KING, 2020; GLICK; FISKE, 1996). Segundo Glick e Fiske (1996), essa ambivalência decorre da coexistência de dois sistemas de crenças inter-relacionados: o sexismo hostil e o benevolente. O sexismo hostil relaciona-se ao machismo, entendido como um conjunto de crenças e atitudes que sustentam a superioridade masculina (EXPÓSITO; MOYA; GLICK, 1998; FERNANDES *et al.*, 2020). Já o sexismo benevolente manifesta-se por meio de atitudes de proteção e idealização de papéis femininos tradicionais, baseadas em estereótipos que retratam as mulheres como frágeis e dependentes (GLICK; FISKE, 1998; FERNANDES *et al.*, 2020; FERREIRA, 2004).

Nesse contexto, o presente estudo delimita como recorte de análise o ambiente policial, reconhecido no cenário brasileiro como um espaço em que o sexismo e os estereótipos de gênero tendem a ser frequentemente reforçados. Assim, o objetivo principal da pesquisa é compreender de que modo o sexismo se manifesta entre policiais brasileiros, identificando as expressões de sexismo hostil e benevolente nesse grupo profissional. Objetiva-se ainda analisar como esses profissionais compreendem, interpretam e reagiriam diante de situações sexistas em seu contexto de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sexismo

O estudo acerca do sexismo ganhou maior importância na década de 70, quando um número considerável de mulheres adentrou no campo da Psicologia Social e o movimento feminino ganhou força no cenário da sociedade da época (HELB; LAW; KING, 2020). Nos anos iniciais de seu estudo, o sexismo foi compreendido como uma hostilidade contra as

mulheres, já que como um preconceito, seria uma forma de antipatia (HELB; LAW; KING, 2020; FERNANDES *et al.*, 2020).

Entretanto, a literatura mais recente tem apontado que as atitudes tradicionais em relação à mulher vêm sendo substituídas por novas formas de sexismo, nas quais a antipatia direcionada a elas tem se expressado de forma simbólica, indireta ou até mesmo com uma conotação positiva, possibilitando uma maior aceitação pelas mulheres. E, desse modo, tem se fundamentado como uma das formas de preconceito mais difícil de erradicar devido a seu caráter sutil (FERNANDES *et al.*, 2020; FERREIRA, 2004).

Nesse sentido, as atitudes sexistas contribuem para a criação de ambientes marcados por intimidação, medo e discriminação, afetando as relações entre os sexos e extrapolando o âmbito individual ao se manifestarem também em práticas institucionais (Fernandes *et al.*, 2020). O sexismo hostil, também denominado tradicional ou “velho sexismo”, expressa-se por meio de atitudes discriminatórias que reforçam a inferioridade feminina e a diferenciação de papéis de gênero (EXPÓSITO; MOYA; GLICK, 1998; Fernandes *et al.*, 2020). Já o sexismo benevolente manifesta-se por comportamentos aparentemente positivos, como a proteção masculina, que igualmente sustentam desigualdades de gênero (GLICK; FISKE, 1998; FERNANDES *et al.*, 2020; FERREIRA, 2004).

2.2 Sexismo no contexto policial

Inicialmente, nas sociedades antigas, não existia uma profissão policial formalizada, sendo as funções de segurança atribuídas conforme as regras e costumes de cada povo. Com o tempo, alguns indivíduos passaram a ser selecionados especificamente para exercer essas funções, atendendo a interesses políticos, religiosos ou aristocráticos. Atualmente, a definição da profissão policial torna-se complexa diante da diversidade de modalidades existentes, como as polícias civil, militar, municipal, entre outras, cada qual com atribuições específicas (AFONSO, 2018).

Nesse sentido, a identidade predominantemente masculina associada ao trabalho policial contribui para a perpetuação da violência de gênero e das desigualdades nas instituições de segurança pública. Um estudo realizado por Lins (2017) nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) revela que muitos policiais nessas unidades têm pouco conhecimento sobre os movimentos feministas, o que leva à percepção equivocada de que os casos de violência contra a mulher não são crimes graves e que a atuação nas DDMs seria mais assistencial do que policial.

Mesmo com a evolução dessa profissão ao longo dos anos, a prevalência do público masculino ainda é algo presente nessa esfera profissional. De acordo com o estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), o número de mulheres dentro das instituições militares de segurança pública é historicamente baixo, visto que as Polícias Militares possuem apenas 12,8% de mulheres em seu efetivo. No Corpo de Bombeiros, as mulheres compõem 14,5% do efetivo, enquanto nas Guardas Municipais esse percentual sobe para 16,1%. A maior participação feminina está nas Polícias Cíveis, onde 27% dos cargos são ocupados por mulheres.

A predominância masculina no contexto policial contribui para a disseminação do sexismo e para o aumento das diversas formas de violência contra a mulher. Segundo Carvalho (2022), as mulheres são vítimas recorrentes de violência policial, sobretudo física e verbal, incluindo xingamentos, humilhações, ameaças e ofensas de cunho racista, sexista, transfóbico e lesbofóbico. Essa violência também se configura como uma forma de dominação de gênero, na qual o uso da força reforça um poder simultaneamente institucional e masculino.

Ademais, o sexismo na prática policial impacta diretamente o atendimento e a investigação de casos, especialmente os relacionados à violência contra a mulher, frequentemente marcados por descrédito, revitimização e negligência. A baixa presença feminina nas corporações reforça desigualdades de gênero e expõe policiais mulheres a discriminação, assédio e desvalorização, somando-se à escassez de estudos sobre o tema no contexto brasileiro, o que evidencia a invisibilidade e a insuficiência de enfrentamento dessa problemática (LAGO *et al.*, 2025).

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo consiste em uma pesquisa online de levantamentos ou *survey*, de caráter transversal, de tipo descritivo, de abordagem qualitativa. Uma pesquisa de levantamento caracteriza-se por envolver muitos participantes e por geralmente utilizar-se de instrumentos como o questionário, a entrevista, o formulário e as escalas (SIGELMANN, 1984). Já um estudo de caráter transversal é aquele cujos dados são coletados em um único período (BUENO, 2018).

O estudo descritivo tem como objetivo caracterizar detalhadamente fenômenos ou situações, por meio da observação e do registro sistemático, possibilitando a coleta de dados de uma ou mais amostras e a investigação de diferentes variáveis (PEDROSO; SILVA; SANTOS, 2017; SIGELMANN, 1984). Já a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelas pessoas a determinados problemas, utilizando materiais não quantificáveis, como relatos de experiências, e enfatizando a interpretação subjetiva dos dados a partir da perspectiva dos participantes (BUENO, 2018).

3.2 Participantes

A pesquisa contou com a participação de 37 policiais, com idade entre 23 e 59 anos ($M = 36,2$), dos quais 30 eram homens (81,1%) e 7 mulheres (18,9%), majoritariamente heterossexuais (97,3%), casados (62,2%) e pardos (67,6%). Acerca dos dados obtidos através do questionário de informações profissionais, 27 policiais são da Polícia Militar (73%), 5 fazem parte da Polícia Penal Estadual (13,5%) e 5 são da Polícia Civil (13,5%). Dos 27 Policiais Militares, 14 são soldados (51,9%), 8 são Cabos (29,6%), 3 são Sargentos (11,1%), 1 é Subtenente (3,7%) e 1 é Capitão (3,7%). Em contrapartida, dos demais policiais, 6 são Agentes de Polícia (60%), 1 é Escrivão de Polícia (10%), 1 é Investigador de Polícia (10%), 1 é Policial Penal Classe Especial 1 (10%) e 1 é Policial Penal (10%). Quanto ao tempo de atuação dos profissionais, ele variava de 6 meses a 23 anos, com média igual a 9,7 anos.

3.3 Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados

O processo de coleta de dados ocorreu através de um instrumento aplicado via plataforma *Google Forms*, sendo composto por: a) questionário sociodemográfico; b) questionário referente a informações profissionais dos indivíduos; e c) três vinhetas para identificar manifestações de sexismo.

As vinhetas que foram utilizadas e as perguntas que as acompanham foram desenvolvidas pelos pesquisadores do presente estudo e analisadas por pareceristas *experts* no campo da Psicologia Social. Eles foram solicitados a avaliar o material com base em critérios previamente definidos, a fim de validar sua adequação para aplicação. Assim, instruiu-se que eles lessem atentamente cada vinheta e pergunta, avaliassem conforme os critérios indicados a partir de perguntas direcionadoras utilizando uma escala de 0 a 5 e

fizessem sugestões e comentários caso julgassem necessário. Desse modo, após a avaliação e as adaptações pertinentes, chegou-se às seguintes vinhetas e perguntas:

Vinheta 1 – Sexismo contra policiais do sexo feminino

Durante uma reunião na delegacia para redistribuição de equipes de patrulha, o chefe comenta que a soldado Carla deveria ser designada para a ronda escolar porque “as crianças se sentem mais à vontade com uma figura feminina, mais sensível e afetuosa”. Carla, no entanto, havia solicitado atuar na ronda noturna por considerar mais desafiadora.

Pergunta da Vinheta 1:

Em sua opinião, Carla deve ir para a ronda noturna ou para a escola? Por quê? Como isso deve ser decidido?

Vinheta 2 – Caso de assédio

Uma mulher procura a delegacia afirmando que foi assediada por um colega de trabalho durante um evento da empresa em que trabalha. Segundo ela, o homem teria feito comentários sobre seu corpo, chegando a encostar a mão na sua cintura várias vezes, mesmo após ela pedir que ele parasse. Ele, ao ser localizado, afirmou: “Ela estava muito bonita, só elogiei, como qualquer homem faria. Se fosse assédio, ela teria ido embora na hora ou feito um escândalo. Isso é exagero dela.”

Pergunta da Vinheta 2:

Como o delegado responsável pelo caso deve lidar com essa situação? Descreva e justifique.

Vinheta 3 – Caso de violência doméstica

Durante o atendimento de uma ocorrência de violência doméstica, vizinhos relatam ter ouvido gritos e barulhos de objetos quebrando em um apartamento. Ao chegarem, os policiais encontram uma mulher com hematomas no braço. O homem, visivelmente exaltado, afirma: “Ela começou a gritar, me xingar, jogou meu celular no chão e disse que eu não era homem o suficiente nem para bater nela. Eu tentei manter a calma, mas ela sabe como me provocar. Quando ela falou aquilo, eu perdi a cabeça. Isso aqui foi num momento de raiva, não sou um agressor”. A mulher, chorando, confirma que disse a frase mencionada, mas afirma que “nunca imaginou que ele fosse reagir com violência”.

Pergunta da Vinheta 3:

Como você, enquanto policial, agiria diante dessa situação?

Ademais, destaca-se que a captação de participantes ocorreu a partir da divulgação do link da pesquisa nas redes sociais dos pesquisadores, do compartilhamento desse por meio de mensagem privada ou em grupos online com pessoas que pertencem à população que se planejou estudar e do envio dele a instituições policiais.

Para ampliar o alcance do estudo, utilizou-se a amostragem Snowball, método no qual um grupo inicial de participantes indica novos sujeitos que atendem aos critérios da pesquisa, em um processo sucessivo de indicações. A coleta de dados é encerrada quando se

atinge o número de participantes previamente definido ou o ponto de saturação da amostra (PARKER; SCOTT; GEDDES, 2020).

3.4 Aspectos Éticos

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos em pesquisas com seres humanos, atendendo aos fundamentos éticos e científicos. Ressalta-se que o presente estudo obedeceu a todos os princípios éticos legais expostos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), afirmando que os participantes da pesquisa, assim como os dados coletados, não serão revelados de maneira inadequada. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado sob o CAEE nº 90364425.0.0000.5613 e a coleta de dados iniciou-se após a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

3.5 Análise de dados

Os dados quantitativos do questionário sociodemográfico e do questionário sobre informações profissionais foram analisados por meio da própria plataforma *Google Forms*. Os dados de caráter qualitativo produzidos a partir das vinhetas foram examinados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2009), que permite descobrir o que se encontra além do que está aparentemente sendo comunicado e do conteúdo manifestado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Postura policial diante de uma situação de sexismo contra policial do sexo feminino

A primeira vinheta correspondia a uma situação de sexismo contra uma policial do sexo feminino, chamada Carla em que ela desejava ir para a ronda noturna por a considerar mais desafiadora, mas seu chefe desejava designá-la para a ronda escolar sob a alegação de que, por ela ser mulher, as crianças se sentiriam mais à vontade devido à suposta sensibilidade e afetuosidade feminina. De modo geral, foi possível identificar três dinâmicas de respostas a essa vinheta: aqueles que pontuaram que Carla deveria ir para a ronda noturna; os que afirmaram que a policial deveria ir para a ronda escolar; e os policiais que não tomaram nenhuma das posições anteriores.

No que diz respeito àqueles que pontuaram que Carla deveria ir para a ronda noturna, justificaram que isso deveria acontecer pois a vontade da policial deveria ser levada em

consideração e que ela deveria ir para o local pelo qual mais sentisse afinidade, enfatizando-se os benefícios para a instituição e para a policial de ela trabalhar onde desejasse. Isso pode ser observado nas seguintes respostas:

“Ela deve ir para o serviço que sente mais afinidade em realizar” (Participante 17 – Homem, 27 anos, policial militar, 3 anos de atuação).

“Ronda noturna, porque apresenta habilidade para esta função e trabalhando onde gosta acaba sentindo-se mais confiante, segura e faz com que seu trabalho tenha sentido em sua vida.” (Participante 20 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

“Carla deveria ir para a ronda noturna. Tendo em vista que é o desejo dela nesse caso desempenhará com mais eficiência o seu trabalho, ao ser forçada a ir para um tipo de trabalho que ela não gosta a produtividade e o rendimento dela será muito baixo pois estará insatisfeita.” (Participante 29 – Homem, 37 anos, Policial Militar, 3 anos de atuação).

A segunda classe de respostas corresponde aos policiais que defenderam a designação de Carla para a ronda escolar. Nesses casos, observou-se a concordância com a decisão do chefe, enfatizando a necessidade da obediência às ordens de seus superiores, desconsiderando a solicitação da policial. Tal posicionamento é ilustrado nas seguintes falas:

“No militarismo não se discute, existem determinações” (Participante 04 – Homem, 48 anos, Policial Militar, 21 anos de atuação).

“A instituição Polícia Militar preza, acima de tudo, como lema, a hierarquia e disciplina, portanto a soldado em questão tem todo direito de dá sua opinião e sugestão, mas deve obedecer a decisão superior dada” (Participante 11 – Homem, 32 anos, Policial Militar, 3 anos de atuação).

Nesse grupo, identificaram-se também posicionamentos que indicaram que o local que Carla deveria atuar seria aquele que mais a interessasse. No entanto, reconhecem que isso não seria possível dentro do ambiente policial. Essa impossibilidade foi atribuída aos princípios corporativos, seja pelo fato de o superior não julgar Carla como capaz de desempenhar adequadamente sua função na ronda noturna, seja pelo fato de a instituição policial ser um espaço de presença predominantemente masculina. Isso pode ser identificado nas falas seguintes:

“Noturna, mas devido a ser um ambiente masculino, a polícia, ela será mandada para a escola.” (Participante 10 – Mulher, 45 anos, Policial Civil, 16 anos de atuação).

“Porém na PM não é assim que funciona, o comandante dela provavelmente mandaria ela pra ronda escolar ou por necessidade ou por jogar que ela não iria desempenhar

uma função a contento na ronda noturna.” (Participante 28 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 9 anos de atuação).

Ademais, destaca-se uma resposta em que se considera que Carla deveria ser mandada para a ronda noturna, já que é de seu interesse, mas que ainda mantém a ideia de que uma mulher deveria ser designada para a ronda escolar em seu lugar, como pode ser identificado a seguir:

“Ronda noturna. Porque temos que trabalhar onde se sentimos bem e sobre a ronda escolar é só colocar outra mulher...” (Participante 27 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 13 anos de atuação).

Ademais, outro argumento destacado pelos policiais para que Carla não fosse alocada na ronda noturna, e sim, na escolar, diz respeito à percepção de que essa atuação, assim como os serviços operacionais, exige um condicionamento físico adequado e que, na maioria dos casos, quem tem esse perfil são os homens:

“Escola. Pela razão apresentada na vinheta e pelo serviço operacional requerer condição física maior para enfrentar a criminalidade que normalmente é praticada por homens com boas condições físicas, o que representa um risco maior” (Participante 03 – Homem, 36 anos, Policial Militar, 13 anos de atuação).

Em consonância, os policiais também argumentaram que Carla deveria ir para o serviço no âmbito escolar, pois é menos desgastante. Além disso, justificam a decisão relatando que a ronda noturna é mais perigosa e mais difícil para atuação feminina. Esses fatores são destacados nas seguintes falas:

“Escolar, ronda noturna é mais perigosa e mais difícil para atuação feminina” (Participante 02 – Homem, 42 anos, Policial Penal Estadual, 18 anos de atuação).

“Deveria ir para a ronda escolar, por ser algo menos desgastante psicologicamente e fisicamente também” (Participante 22 – Homem, 34 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

Outro ponto destacado por alguns respondentes que apoiaram a decisão do chefe diz respeito ao fato de que Carla, por ser mulher, teria uma melhor relação com as crianças e seria mais bem recebida, proporcionando um ambiente mais acolhedor e seguro. Essas falas associam a mulher a uma figura mais empática e sensível:

“Na minha opinião, a soldado Carla poderia ir para a ronda escolar, considerando que a presença feminina tende a favorecer a comunicação com crianças e adolescentes, proporcionando um ambiente mais acolhedor e seguro. A figura feminina, geralmente associada à sensibilidade e à empatia, pode contribuir positivamente nesse tipo de

policiamento preventivo e comunitário” (Participante 12 – Homem, 30 anos, Policial Militar, 6 anos de atuação).

Quanto aos indivíduos que não tomaram uma posição em relação ao lugar no qual Carla deveria atuar, eles destacaram a importância de uma avaliação do local que apresenta maior necessidade para a sua atuação, de suas habilidades e de seu perfil, bem como qual opção beneficiaria tanto a policial quanto a instituição. Argumentam que isso poderia ser feito por meio de um período de estágio em ambas as áreas ou por observação de sua atuação profissional cotidiana. Essa postura pode ser observada nas seguintes frases:

“Essa deve ser uma decisão conjunta e consensual. O ideal é que fizesse um estágio em ambas as áreas para que a policial e o comando avaliassem o melhor para a agente e para a instituição” (Participante 24 – Homem, 43 anos, Policial Civil, 18 anos de atuação).

“Ela deve ir para onde ela estiver mais perfil, seja na polícia comunitária ou em rondas noturnas” (Participante 26 – Mulher, 27 anos, Policial Penal Estadual, 6 meses de atuação).

Dentro dessa classe de respostas, destaca-se a fala a seguir em que o policial enfatiza que se deve analisar se Carla tem perfil para o serviço e destaca que ele utiliza esse procedimento até com indivíduos do sexo masculino, de certa forma, deixando implícita uma diferenciação de gênero que coloca os indivíduos masculinos como mais capazes que aqueles do sexo feminino:

“Isso deve ser observado no cotidiano para ver o perfil da policial Carla. Observando-se que a ela possui uma postura/atitude, tirocínio, habilidade operacional, não há nada que impeça. Isto, eu como comandante de guarnição, observo, inclusive nos policiais do sexo masculino” (Participante 6 – Homem, 39 anos, Policial Militar, 18 anos de atuação).

De modo geral, essa vinheta abordou perspectivas distintas entre os participantes. De um lado, aqueles que defendiam a ida da Carla para a ronda noturna, argumentando que sua vontade deveria ser considerada e destacando os benefícios de atuar onde se deseja. De outro, os que apoiaram sua designação para a ronda escolar, enfatizando a necessidade de obediência à hierarquia e a utilização de estereótipos de gênero, como suposto menor condicionamento físico e associação da mulher ao cuidado. Por fim, um terceiro conjunto de respostas não aderiu a nenhuma das posições anteriores, sugerindo que a decisão deveria considerar demandas institucionais, o perfil profissional de Carla e o potencial de contribuição mútua entre a policial e o local de atuação.

4.2 Postura policial diante de um caso de assédio

A segunda vinheta exemplifica a situação em que uma mulher é assediada por um colega de trabalho, ela relata que ele teria feito comentários sobre seu corpo, chegando a encostar a mão na sua cintura várias vezes, mesmo após ela pedir que ele parasse. O homem alegou que se fosse assédio, ela teria ido embora na hora ou feito um escândalo, que era exagero dela e tentou justificar sua conduta dizendo que ela estava muito bonita, que elogiou, como qualquer homem faria. Em seguida, questionava-se aos participantes como o delegado responsável pelo caso deveria lidar com essa situação.

A partir da análise realizada, verificou-se que a maior parte dos respondentes reconheceu o conteúdo da vinheta como um caso típico de assédio, demonstrando compreensão tanto da gravidade da situação quanto dos encaminhamentos institucionais adequados. Assim, destaca-se a fala de dois dos participantes, que evidencia essa percepção:

"O caso é de assédio, deve ser levado pra esfera administrativa para que seja tomada as medidas cabíveis, e para o judiciário para que seja aplicada a lei" (Participante 23 – Homem, 37 anos, Policial Militar, 4 anos de atuação).

"Atuaria o homem por assédio sexual, por caracterizar todos os requisitos constante no crime, além de danos civis" (Participante 26 – Mulher, 27 anos, Policial Penal Estadual, 6 meses de atuação).

Considerando que a maioria dos respondentes reconheceu o caso apresentado na vinheta como uma situação de assédio, observou-se que uma das condutas mais mencionadas pelos participantes foi o apoio à abertura de um processo de investigação adequado. Essa postura incluía a necessidade de apurar os fatos de forma minuciosa, coletando depoimentos, provas e demais materiais pertinentes, a fim de garantir que o indivíduo fosse responsabilizado conforme a legislação vigente. Tal posicionamento pode ser evidenciado nas falas a seguir:

"Deve abrir o procedimento normalmente, visto ter natureza criminosa. Investigar e punir" (Participante 08 – Mulher, 38 anos, Policial Civil, 4 anos de atuação).

"O delegado deverá analisar o caso concreto, a fim de encontrar indícios de autoria ou provas da materialidade do delito" (Participante 17 – Homem, 27 anos, Policial Militar, 3 anos de atuação).

Os respondentes também apresentaram preocupação com a vítima, destacando a importância de ouvir o seu relato, acolher seu discurso e suas emoções, além de destacarem a importância de manter a integridade da sua saúde física e psicológica:

“Acolhendo a vítima, registrando a ocorrência e buscando testemunhas para validar ainda mais a denúncia e garantir que o autor dos assédios responda na forma da lei” (Participante 24 – Homem, 43 anos, Policial Civil, 18 anos de atuação).

“Tratar com o rigor da lei. Garantindo a integridade física e psicológica da vítima” (Participante 25 – Mulher, 31 anos, Policial Militar, 4 anos de atuação).

Em consonância, alguns policiais pontuaram uma preocupação mais específica, visto que em casos como o exemplificado a vítima deveria ser atendida por uma policial. Todavia reconhecem que esse processo pode ser prejudicado pela ausência de policiais do sexo feminino dentro das instituições:

“A lei 11340/06, lei Maria da Penha, traz em seu texto a possibilidade de que mulheres vítimas de violência doméstica sejam preferencialmente atendidas por policiais do sexo feminino. Contudo, isso nem sempre acontece em razão das instituições de segurança possuírem um quadro de funcionários deficitário” (Participante 13 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

Além de ressaltarem como essa conduta apropriada seria uma forma de assegurar os direitos da mulher, mencionaram a necessidade de adotar uma postura imparcial, sem insinuar que ela teria culpa pelo ocorrido e sem minimizar seu relato, evitando assim a sua revitimização:

“O delegado responsável pelo caso deve conduzir a apuração com imparcialidade, seriedade e técnica, adotando uma abordagem que evite a revitimização da denunciante e assegure seus direitos. É essencial evitar perguntas que insinuem culpa da vítima ou que descredibilizem seu relato, prevenindo assim a revitimização (vitimização secundária), comum em casos dessa natureza” (Participante 12 – Homem, 30 anos, Policial Militar, 6 anos de atuação).

“Diante de situações como essa, é pertinente que o delegado direcione a vítima a uma delegacia especializada em combate à violência contra a mulher, para que seja lavrado o boletim de ocorrência, bem como a oitiva da vítima por uma policial feminina, com o escopo de não submetê-la a uma situação de revitimização” (Participante 13 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

Ademais, alguns policiais reconheceram e desmistificaram os estereótipos usados pelo homem para justificar o assédio e para minimizar os danos de sua conduta:

“A mulher sofreu uma clara importunação sexual por parte de seu colega de trabalho. A fala do homem não o exime do crime.” (Participante 09 – Homem, 23 anos, Policial Militar, 1 ano e 9 meses de atuação).

“O relato do suspeito, que tenta minimizar os fatos com base em estereótipos e justificativas culturais, não deve ser usado como critério para descartar ou desqualificar a denúncia. A minimização da conduta ("só elogiei") e a culpabilização da vítima ("se fosse assédio, ela teria feito escândalo") são típicas de um discurso que perpetua a criminalização secundária da vítima e ignora a dinâmica real dos crimes sexuais, nos quais muitas vezes há medo, constrangimento ou hierarquias de poder envolvidas que inibem uma reação imediata” (Participante 12 – Homem, 30 anos, Policial Militar, 6 anos de atuação).

“Atuário de imediato por importunação sexual. A forma como ela se porta ou se traja, não dá o direito de ele ficar tocando nela” (Participante 22 – Homem, 34 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

Por outro lado, parte das falas apresentava insinuações de dúvida frente às alegações da vítima, evidenciando o preconceito em sua forma mais sutil, dado que alguns respondentes destacam que o protocolo deve ser seguido, caso a mulher esteja falando a verdade; referem-se ao homem como “suposto” autor e alegam que, mesmo com os relatos da vítima, não poderiam afirmar quem estava falando a verdade e que seria a palavra de um contra o outro.

“O delegado vai se amparar no inquérito policial, nas investigações e depoimentos coletados da vítima e do suposto autor” (Participante 20 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

“Uma situação bastante delicada. Por isso o delegado tem que agir com cautela, analisando as provas e investigando de forma minuciosa, para que não haja injustiça pois não sabemos quem fala a verdade” (Participante 27 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 13 anos de atuação).

Nessa perspectiva, outro ponto identificado foi o de transferência dessa responsabilidade, se abstendo da discussão proposta pela vinheta e argumentando que, como não seria seu cargo, o delegado seria a pessoa mais competente para responder. Alguns policiais, inclusive, demonstraram uma negligência diante do caso de forma mais evidente, destacando que o policial deveria arquivar o caso.:

“O Delegado é mais competente para responder o caso específico” (Participante 16 – Homem, 34 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

“Arquivar o caso” (Participante 02 – Homem, 42 anos, Policial Penal Estadual, 18 anos de atuação).

A partir da análise dessa vinheta, identificou-se em uma perspectiva geral que a maioria das respostas reconhece o assédio e posicionou-se a favor de iniciar o processo de

investigação apropriado, seja coletando provas e o depoimento de ambos, seja apresentando uma postura de cuidado maior com a vítima durante esse processo. Entretanto, algumas respostas ainda exemplificaram discursos preconceituosos mais hostis e outras encontravam-se disfarçadas de dúvida perante o relato da vítima.

4.3 Postura policial diante de um caso de violência doméstica

A terceira vinheta correspondia a uma situação de violência doméstica em que os policiais, ao chegarem no local da ocorrência, se deparam com uma mulher com marcas de agressão. O autor da agressão afirma que aquilo ocorreu em um momento de raiva e que a mulher o havia provocado, dizendo que ele não era homem nem para bater nela, o que a mulher confirma ter dito.

De modo geral, foi possível identificar formas variadas de condução da ocorrência relatadas pelos policiais. A maioria evidenciou uma perspectiva que considerava o ocorrido como uma situação de violência doméstica, que deveria ser conduzida aos moldes do determinado na Lei Maria da Penha e que se caracterizava como um crime de ação pública incondicionada, ou seja, independia da vontade da vítima de denunciar para a instauração dos procedimentos necessários e para a condução do sujeito à delegacia:

“A luz dos fatos ele cometeu um crime, na situação atual não teria como resolver entre as partes, segundo à lei Maria da Penha, a condução para a delegacia se faz necessário, como também a autoridade policial é obrigada a fazer o flagrante” (Participante 07 – Homem, 40 anos, Policial Militar, 20 anos de atuação).

“Conforme jurisprudências do STF e da lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, para crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher a ação penal é pública incondicionada, logo, independente da mulher querer ou não representar contra seu marido, ele deve ser conduzido à delegacia para os procedimentos cabíveis” (Participante 17 – Homem, 27 anos, Policial Militar, 3 anos de atuação).

Em relação às respostas que pontuam a condução de vítima e agressor para a delegacia para a instauração de procedimento policial, destaca-se uma em que o profissional evidencia a necessidade de que a vítima seja conduzida em uma viatura diferente da utilizada para conduzir o agressor, de forma a não acentuar o sofrimento da mulher, como pode ser observado na fala abaixo:

“Nessa perspectiva, haverá a condução do suspeito para a delegacia de polícia civil, bem como o amparo a vítima. No que tange à sua locomoção para a delegacia, se não

possuir veículo para o seu deslocamento, mas sempre em viaturas diferentes da do autor do fato, com vistas a diminuir o constrangimento, a vergonha ou evitar possíveis ameaças ou pedidos de desculpas, os quais atormentaria ainda mais a mulher” (Participante 13 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 10 anos de atuação).

Ainda nessa perspectiva, houve polícias cujas respostas deram prioridade ao suporte à vítima, seja ele médico, emocional ou mesmo por meio da informação acerca de seus direitos. Essa dinâmica de respostas pode ser vista a seguir:

“A primeira medida seria prestar os primeiros socorros à vítima, acionando o suporte médico, se necessário, e garantindo que ela receba atendimento adequado, tanto físico quanto emocional, de forma acolhedora e respeitosa. É essencial evitar julgamentos e garantir que ela seja tratada com dignidade e proteção” (Participante 12 – Homem, 30 anos, Policial Militar, 6 anos de atuação).

“Acalmaria a vítima e daria todo o suporte necessário, informando-a sobre seus direitos” (Participante 25 – Mulher, 31 anos, Policial Militar, 4 anos de atuação).

Outrossim, houve participantes que pontuaram a conduta de levar o indivíduo à delegacia para adoção das medidas cabíveis ou até mesmo de dar voz de prisão ao sujeito por flagrante delito. De mesmo modo, foi possível identificar respostas que evidenciavam que as justificativas do homem para o ato de violência não eram válidas e não o eximiam do crime cometido, como pode ser observado nas seguintes falas:

“Houve violência doméstica. A fato de ser levado por emoção não exclui o crime” (Participante 09 – Homem, 23 anos, Policial Militar, 1 ano e 9 meses de atuação).

“O agressor, por sua vez, mesmo alegando ter agido ‘no calor do momento’, deve ser conduzido à delegacia para que a autoridade policial (delegado) possa averiguar os fatos e adotar as providências cabíveis. Alegações como ‘ela me provocou’ não justificam atos de violência e devem ser analisadas judicialmente” (Participante 12 – Homem, 30 anos, Policial Militar, 6 anos de atuação).

Em contrapartida a todas as visões apresentadas anteriormente, foi possível perceber a ocorrência de respostas de polícias que levariam em consideração se a mulher vítima de agressão desejaria realizar a denúncia ou não, apresentando como uma das justificativas o relato de que algumas vítimas dessa forma de violência assumem a culpa pela ação de seu agressor. Tais visões estão presentes nas falas a seguir:

“Neste caso faria a pergunta para a vítima. A vítima quer registrar um boletim de ocorrência? Se a resposta for sim, levaria a vítima e o suposto acusado para a delegacia da polícia civil. Se a resposta da vítima for não, neste caso a polícia militar não viu o

crime acontecer, então simplesmente aconselhava a vítima a denunciar, e se ela não quisesse, ia embora” (Participante 23 – Homem, 37 anos, Policial Militar, 4 anos de atuação).

“Ouviria as partes, mas antes mesmo de conduzir o homem por Maria da Penha, perguntaria se a mulher realmente quer fazer a denúncia de agressão, pois por muitas vezes a mulher não quer denunciar o agressor, e ainda afirma que a culpa foi dela, que ela mesmo quem provocou toda aquela confusão. São vários relatos de ocorrência igual a essa que atendemos, e na maioria dos casos a mulher quando está em frente ao delegado ou juiz afirma: foi eu que bati nele, ele apenas se defendeu” (Participante 28 – Homem, 35 anos, Policial Militar, 9 anos de atuação).

Em síntese, identificaram-se diferentes formas de condução da situação apresentada na vinheta, incluindo o reconhecimento do caso como violência doméstica conforme a Lei Maria da Penha, a oferta de suporte à vítima e a condução ou prisão do agressor para adoção das medidas cabíveis. Também houve posicionamentos que desconsideraram a justificativa do homem como excludente do delito. Em contrapartida, algumas respostas indicaram a possibilidade de questionar a vítima sobre o registro da denúncia, ainda que outros participantes defendessem a condução à delegacia, independentemente de sua vontade.

De modo geral, as falas dos policiais indicaram baixa incidência explícita de discurso sexista, embora tenham sido identificados posicionamentos que se enquadram como manifestações dessa forma de preconceito. Tais manifestações apareceram, sobretudo, na obediência a ordens superiores com fundamentos sexistas, na dúvida em relação ao relato da vítima e na adoção de condutas divergentes das orientações legais. Em contrapartida, parte das respostas evidenciou uma postura adequada, com atenção à vítima e rejeição de estereótipos utilizados para justificar os crimes.

Outrossim, foi notável que, quando se apresentava uma situação em que o sexismo encontrava-se implícito e disfarçado de estereótipos positivos, o que ocorreu na vinheta 1, os policiais possuíam uma tendência maior a utilizar discursos preconceituosos. Em contrapartida, quando o preconceito contra a mulher se mostrava de maneira mais explícita, os policiais não adotavam uma postura embasada no sexismo, de modo que houve apenas uma atitude sexista na vinheta 2 e nenhuma na vinheta 3, na medida em que a primeira apresentava a denúncia de um crime de assédio e a última uma ocorrência de violência doméstica.

De mesmo modo, houve, embora em menor quantidade, a manifestação implícita de uma forma de sexismo hostil que coloca o homem em uma posição de mais capaz e mais competente, colocando-o em uma posição de superioridade e a mulher na posição de

inferioridade. Assim, convém destacar que esse fenômeno tem raízes no passado, visto que desde a origem do sistema capitalista, o mercado e a religião instituem princípios doutrinadores e crenças que pregavam a inferioridade da mulher (DORNELAS, 2019).

Outrossim, a pesquisa de Ribeiro (2018) envolvendo policiais militares, que representam a maioria dos participantes desta pesquisa, mostra que policiais do sexo masculino consideram as mulheres como incapazes de impor respeito perante o público, atribuindo essa característica aos homens. Ainda segundo a autora, apesar de os homens considerarem as mulheres como menos capazes, na prática policial as mulheres devem provar-se detentoras de maior capacidade em comparação a eles, como evidenciado por parte dos respondentes de sua pesquisa que destacaram que para uma mulher ocupar uma posição superior à de um homem, ela deve possuir uma formação acadêmica mais vasta.

Além disso, a predominância masculina nas instituições policiais é uma realidade, visto que, atualmente, os homens correspondem a 87,2% dos cargos efetivos na Polícia Militar do país (RIBEIRO *et al.*, 2023). Desse modo, a divisão dos cargos dentro das instituições reforça essa distinção entre os gêneros, uma vez que apenas 34,3% das policiais mulheres atuam em funções operacionais, enquanto entre os homens esse percentual chega a 56% (RIBEIRO, 2018). Nesse sentido, a atuação de policiais do sexo feminino acaba se restringindo a funções mais subalternas, sendo alocadas em setores de cunho assistencialista hospitalar ou no trabalho administrativo, pois são consideradas fisicamente mais fracas, mais sensíveis e afetuosas em relação aos homens (PRATA, 2023).

Em contrapartida, a inserção de mulheres nesse campo representa um marco importante, embora não esteja necessariamente associada ao avanço da diversidade. Essa inclusão relaciona-se mais à ideia de “maternalização da sociedade”, dado que eram alocadas em cargos institucionais que exigiam habilidades socialmente associadas ao estereótipo feminino, como oferecer suporte emocional, demonstrar atenção e exercer cuidado com grupos considerados vulneráveis, entre eles crianças e idosos. Esse fator é evidenciado na vinheta 1, consistindo em uma transposição das funções tradicionalmente desempenhadas no âmbito doméstico para o espaço institucional (SILVA; RUDNICKI; CAMPOS, 2023).

Sob esse viés, a figura masculina nesse cenário é predominantemente alocada em atividades operacionais ou ostensivas, pois tais funções demandam uma postura associada à virilidade, masculinidade, força física, coragem e capacidade de agir de forma agressiva quando necessário. Além disso, são atribuídas aos homens policiais habilidades como resistência a situações de alto risco, rapidez na tomada de decisões sob pressão, maior disposição para o confronto, domínio técnico de armamentos e táticas de combate, bem como

a capacidade de exercer autoridade e imposição frente a conflitos diretos (LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021).

Essa distinção evidencia o preconceito hostil presente no contexto policial, marcado por discursos e práticas sexistas que reforçam estereótipos de superioridade masculina e associam os homens às funções operacionais e de risco, enquanto as mulheres são vistas como menos aptas para essas atividades (LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021). Essa lógica sustenta a ideia do homem como protetor e da mulher como frágil e voltada ao ambiente institucional, o que resulta na discriminação moral e sexual de policiais mulheres que atuam em espaços majoritariamente masculinos, levando-as, muitas vezes, a adotar posturas consideradas “masculinas” para se adequar ao meio (RIBEIRO, 2018; PRATA, 2023).

Em suma, a presença feminina em determinados cargos permanece atravessada por preconceitos de gênero que, embora frequentemente se manifestem de forma sutil ou revestidos de aparente cuidado, continuam a restringir o acesso das mulheres a posições de maior prestígio, poder e autoridade. A associação cultural entre mulher, maternidade, docilidade, empatia e responsabilidade afetiva reforça o marianismo, um sistema simbólico que idealiza a mulher como moralmente superior, abnegada e naturalmente vocacionada para o cuidado. Essa lógica gera formas de preconceito benevolente que, sob a aparência de valorização e proteção, confinam as mulheres às funções de apoio, mediação e atendimento a grupos vulneráveis, afastando-as de atividades operacionais, estratégicas ou de comando (FARIAS, 1989).

Como consequência, muitas mulheres têm sua competência questionada antes mesmo de demonstrá-la, enfrentam desconfiança quanto ao desempenho em funções operacionais e, em diversos casos, encontram resistência explícita de colegas do sexo masculino em receber orientações ou ordens de superiores mulheres. Assim, a narrativa de que a mulher “deve ser protegida” opera como um dispositivo eficaz de manutenção da hierarquia de gênero, reforçando a divisão sexual do trabalho e perpetuando a lógica segundo a qual cabe aos homens o papel de proteção e liderança, enquanto às mulheres são destinadas tarefas associadas ao cuidado e ao suporte emocional (BERINO *et al.*, 2025).

Em contrapartida, também foi possível observar uma perspectiva de resposta que evidenciava a desconsideração do que foi narrado na vinheta 2 como um crime de assédio. Tal fato pode ser explicado através da chamada cultura do estupro. Neste fenômeno, ocorre a colocação da vítima em posição de dúvida, questionando se houve realmente a negação da vontade ou se a mulher não estava apenas fazendo um jogo de sedução. Outrossim, com base nisso, a sociedade questiona a vestimenta da vítima, o local em que ela se encontrava no

momento do delito, sua vida sexual anterior e se estava acompanhada ou não. Assim, em meio a uma sociedade que promove o machismo e a misoginia, o comportamento da vítima é questionado enquanto o do agressor é naturalizado (VIANA, 2024)

A vítima de violência sexual pode vivenciar a vitimização secundária, resultante de ações ou omissões estatais e do julgamento moral por agentes despreparados, o que intensifica seu sofrimento. Nesse processo, a atuação inadequada de órgãos de controle social, como a polícia, pode gerar danos ainda mais graves que o próprio crime, desestimulando a denúncia e agravando os impactos físicos e psicológicos decorrentes da violência e da cultura do estupro (VIANA, 2024).

Nas respostas da vinheta 3, foi relatado que algumas vítimas de violência doméstica assumem a culpa pelas ações do agressor diante das autoridades, comportamento associado à dependência emocional. Estudos indicam que essa dependência, aliada à dependência financeira e ao isolamento social imposto pelo agressor, favorece a identificação emocional da vítima com ele como estratégia de sobrevivência, levando à negação da violência, à minimização do abuso e à dificuldade de rompimento do ciclo violento (LIMEIRA; ROCHANETO, 2024).

Assim, além da dependência financeira e do isolamento social, outros fatores podem ser apontados como potencializadores dessa dependência e do vínculo emocional com o agressor, como a cultura machista e a pressão para a manutenção da estrutura familiar a todo custo e a carência de serviços de suporte psicológico acessíveis à população (LIMEIRA; ROCHANETO, 2024). De mesma forma, dentre os fatores que explicam a permanência em relações de violência, destacam-se aqueles relacionados à transgeracionalidade, já que os modelos de relação aprendidos pela mulher ao decorrer de sua vida, sejam positivos ou negativos, são repetidos em suas relações futuras (DAY et al., 2003; RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014). Desse modo, mulheres advindas de famílias com relações internas conflituosas são propensas a se manterem em relacionamentos marcados pela violência em suas diversas formas.

Sob essa perspectiva, os principais motivos para a permanência em relações abusivas incluem medo de represálias, dependência emocional e financeira, preocupação com os filhos, perda de apoio social e esperança de mudança do parceiro, além de fatores como histórico de maus-tratos, sintomas depressivos e ausência de rede de apoio. Diante disso, destaca-se a necessidade de políticas públicas e de centros de atendimento multidisciplinar que ofereçam suporte jurídico, psicológico e social às vítimas, possibilitando sua proteção e reconstrução após a violência (DAY et al., 2003; LIMEIRA; ROCHANETO, 2024).

A Lei n. 11.340/06, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, foi promulgada para punir e prevenir a violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil, almejando garantir os direitos básicos desse público. Essa lei também fornece um direcionamento de como os policiais devem agir frente a essas vítimas, determinando que o seu atendimento deve ser feito preferencialmente por uma policial do sexo feminino ou por policiais capacitados, de forma rápida e humanizada, proporcionando um atendimento multidisciplinar, além de possibilitar a prisão em flagrante do agressor e estabelecer que, mesmo sem a vítima aceitar fazer o boletim de ocorrência, os profissionais devem seguir o protocolo de investigação adequado (DIAS, 2024).

Sob esse viés, a Lei Maria da Penha orienta os Estados e Municípios a criarem instituições especializadas no atendimento a vítimas de violência, uma dessas é a Delegacia de Defesa da Mulher. Essa instituição deveria ser a mais preparada para manejar esses casos e com profissionais capacitados para lidar com a vítima, entretanto alguns estudos mencionam o oposto, visto que não conseguem ofertar aquilo que é pontuado na lei, tendo seu objetivo de atuação influenciado pelas ideologias de gênero que circundam esse âmbito e a sociedade. Além disso, a conduta apropriada também pode ser prejudicada pela carência de profissionais capacitados e de policiais mulheres dentro dessas instituições (BERINO et al., 2025).

Apesar da existência de normas jurídicas, ainda persistem condutas que as violam, como o descaso e a desconfiança diante dos relatos das vítimas, o que contribui para a revitimização, a negligência no atendimento e o enfraquecimento das medidas de proteção legal. Essas práticas também desestimulam novas denúncias e perpetuam o ciclo de silêncio e impunidade, evidenciando formas sutis de preconceito que podem levar à culpabilização da vítima (FERREIRA, 2023).

A cultura de suspeição nas Delegacias de Defesa da Mulher influencia a recepção dos relatos das vítimas e o andamento das denúncias, uma vez que a lógica policial do confronto leva alguns agentes a desconfiar da versão apresentada após ouvir o agressor. Nesse contexto, acreditar imediatamente na vítima pode ser interpretado como sinal de ingenuidade ou incompetência, reforçando uma postura institucional de desconfiança sistemática (LINS, 2021).

Essa dinâmica leva muitas mulheres a desistirem de etapas do processo de denúncia, como o comparecimento ao IML ou a conclusão do depoimento, contribuindo para a subnotificação e o enfraquecimento das investigações. Além disso, estereótipos que desacreditam os relatos femininos reforçam a revitimização, reduzem a confiança na

atuação policial e comprometem a efetividade das políticas de enfrentamento à violência doméstica, perpetuando o afastamento das vítimas do sistema de proteção (LINS, 2021).

Além disso, a confusão entre os conceitos de assédio e abuso, apontada por um dos participantes na vinheta 2, reflete um fenômeno amplamente discutido por Pedroso (2022), que destaca a persistente dificuldade nas instituições de segurança pública em compreender a complexidade das violências de gênero. Para o autor, essa dificuldade não decorre apenas de falta de capacitação, mas de um imaginário cultural que tende a minimizar atos de coerção sexual quando não deixam marcas físicas visíveis, reforçando a ideia equivocada de que só configura abuso aquilo que envolve força extrema ou resistência explícita.

Pedroso (2022) também ressalta que os operadores de segurança frequentemente adotam interpretações restritivas, baseadas em estereótipos sobre comportamento feminino, o que contribui para deslegitimar relatos de violência que não se enquadram em modelos tradicionais ou estigmatizados. Assim, quando profissionais da polícia expressam incerteza sobre o que diferencia assédio de abuso, revelam não apenas lacunas conceituais, mas o impacto direto de crenças arraigadas que dificultam a identificação da violência em suas múltiplas formas, favorecendo a revitimização e a manutenção de práticas institucionais que silenciam as mulheres.

A partir das vinhetas, os policiais reconhecem, por exemplo, que a importunação sexual é evidente e que o agressor tenta suavizar sua conduta com justificativas culturalmente normalizadas, como elogios, aparência física da vítima ou suposta ausência de reação imediata. Ao afirmarem que a fala do agressor “não o exime do crime”, que justificativas como “só elogiei” ou “se fosse assédio, ela teria feito escândalo” não podem ser usadas para descartar a denúncia, e que a aparência ou o comportamento da mulher jamais justificam a importunação, assim os participantes rompem com narrativas que tradicionalmente reforçam a criminalização secundária da vítima.

Essa compreensão, em diálogo com Paiva, Sabadell e Vieira (2024), evidencia um afastamento da lógica patriarcal que historicamente descredibiliza a palavra feminina e transfere à vítima a responsabilidade pela violência. Ao reconhecerem fatores como medo, vergonha e hierarquia como elementos que inibem reações imediatas, os policiais entrevistados rompem com a exigência de um “comportamento ideal de vítima” e deslocam a culpabilização da mulher para a responsabilização do agressor, contrapondo-se às práticas misóginas presentes no sistema de justiça e na cultura policial.

Vale ressaltar que, de acordo com a análise da vinheta 1, conseguiu-se identificar que o preconceito sutil está presente nas relações internas de poder das instituições. Esse fator

influencia o comportamento e as condutas externas e vice-versa. Uma vez que esses indivíduos são influenciados pela visão preconceituosa da sociedade em que vivem, isso pode ser refletido dentro das instituições onde trabalham. Assim como são influenciados pelas relações de poder existentes dentro das instituições e disseminam essas práticas durante sua atuação profissional dentro da sociedade, corroborando para a manutenção dessa visão ao perpetuarem essa ideia (LINS, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com resultados inesperados frente à literatura, a maioria dos policiais participantes não demonstrou atitudes sexistas, evidenciando consciência crítica sobre estereótipos utilizados para invalidar crimes contra a mulher e rejeitando-os como justificativas para o delito. Tal achado indica avanços institucionais no enfrentamento do preconceito de gênero, favorecendo um ambiente mais receptivo às mulheres, tanto no ingresso e permanência na corporação quanto no acolhimento e na condução adequada das ocorrências.

Contudo, apesar desses avanços, identificaram-se manifestações de sexismo em sua forma sutil e benevolente, frequentemente associadas a discursos de cuidado. No contexto policial, tais concepções reforçam a ideia de inadequação feminina para funções estratégicas e de comando, restringindo a atuação das mulheres a cargos administrativos ou de menor visibilidade e limitando suas possibilidades de ascensão profissional.

Ainda que em menor proporção, também foram identificadas manifestações de preconceito hostil. Dessa forma, ambas as formas de preconceito coexistem no ambiente policial, mas é a face benevolente que mais fortemente sustenta práticas que afastam mulheres de posições de liderança e de maior responsabilidade, visto que são facilmente naturalizadas no cotidiano institucional e tendem a se perpetuar sem questionamento.

De maneira análoga, também houve aqueles que expressam dúvida quanto à denúncia e relato da vítima, levando, com isso, à sua revitimização. Com isso, tal conduta pode ser compreendida como resultante da cultura do estupro e do descrédito sistemático da palavra feminina pautado no estereótipo sexista de que mulheres mentem mais frequentemente que os homens.

Em suma, é possível afirmar que os objetivos estabelecidos para este estudo foram alcançados com êxito, oferecendo contribuições significativas para a compreensão do fenômeno investigado. As análises realizadas permitiram alcançar os propósitos do trabalho,

revelando nuances importantes sobre as dinâmicas de gênero na instituição policial e evidenciando elementos que contribuem para a reprodução de desigualdades.

As contribuições do estudo evidenciam que a compreensão das manifestações de sexismo entre policiais brasileiros é essencial para analisar tanto as dinâmicas internas da corporação quanto seus impactos no atendimento às vítimas. Ao demonstrar que crenças e atitudes sexistas, inclusive em formas sutis, influenciam as interações profissionais e a condução dos atendimentos às mulheres, os resultados oferecem subsídios para o aprimoramento da formação e das políticas institucionais, reforçando a necessidade de práticas mais equitativas e qualificadas no enfrentamento à violência.

Diante dos resultados, destaca-se a necessidade de ações estruturadas nas instituições policiais, como programas permanentes de combate às desigualdades de gênero e treinamentos contínuos para o acolhimento humanizado de vítimas. Essas medidas devem ser acompanhadas de políticas internas claras, mecanismos de responsabilização e espaços seguros de denúncia, visando à construção de uma cultura organizacional mais equitativa e comprometida com a proteção das vítimas.

No entanto, o estudo apresentou limitações relacionadas à ausência de informações sobre o estado de atuação dos participantes, à baixa participação feminina e ao número reduzido de respondentes, o que impossibilitou análises por gênero, idade ou tempo de serviço. A baixa adesão pode estar associada à dificuldade de acesso ao público e à sensibilidade do tema. Além disso, as vinhetas não contemplaram todas as áreas de atuação policial e a baixa ocorrência de falas de sexismo hostil pode ter sido influenciada pela deseabilidade social, não refletindo plenamente a realidade.

Por fim, ressalta-se a escassez de estudos empíricos sobre o sexismo no contexto policial brasileiro, evidenciando a necessidade de pesquisas futuras com amostras mais amplas, que considerem as especificidades das diferentes áreas policiais. Recomenda-se, ainda, a comparação entre policiais homens e mulheres, bem como a investigação da relação entre visões sexistas, idade e tempo de atuação, além da ampliação dos estudos para instituições militares, como Marinha e Exército, devido ao seu caráter tradicionalista e predominantemente masculino.

REFERÊNCIAS

AFONSO, João José Rodrigues. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 9, n. 1, p. 213-260, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BERINO, Catharina Orbage de Britto Taquary et al. O espaço feminino na segurança pública: um estudo sobre a polícia militar do Distrito Federal: DOI: <https://zenodo.org/records/15295776>. **Revista do Ministério Público Militar**, v. 52, n. 46, p. 277-328, 2025.

BUENO, José de França. **Métodos Quantitativos, Qualitativos e Mistos de Pesquisa**. Brasília: CAPES: UAB: Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

CARVALHO, Daiane da Silva. **"Respeita a polícia": a violência policial como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) — UFRGS, Rio Grande do Sul. 2022.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 9–21, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/5SdJkYSszKYNdzcftfbbRTL/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça [em linha]**. 2024.

DORNELAS, Priscilla Martins. **As noções de masculino e feminino: concepções ideológicas e papéis de gênero**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

EXPÓSITO, Francisca; MOYA, Miguel; GLICK, Peter. Sexismo ambivalente: medición y correlatos. **Revista de Psicología Social**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 159-169, 1998. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.academia.edu/download/50142646/Sexismo_ambivalente_Medicin_y_correlatos20161106-22741-1dclm22.pdf&hl=pt-BR&sa=X&ei=ZwbNZ829IIa56rQPpO3LmAY&scisig=AFWwaeY9aZU31lJo2gqg4NhSQClg&oi=scholar. Acesso em: 8 mar. 2025.

FARIAS, Zaira Ary. **Marianismo como “culto” da Superioridade Espiritual da Mulher: Algumas indicações da presença deste estereótipo no Brasil**. 1989.

FERNANDES, Maria Isabel Domingues et al. Escala de Detecção de Sexismo em Adolescentes: tradução e validação para o contexto português. **Revista de Enfermagem Referência**, Portugal, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2020.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 21, p. 119–126, 2004.

FERREIRA, Mariana da Silva. Violência Sexual e Revitimização. **Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, v. 1, n. 2, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Raio-x das forças de segurança pública no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

GLICK, Peter; FISKE, Susan. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s.l.], v. 70, n. 3, p. 491-

512, 1996. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1996-03014-006>. Acesso em: 8 mar. 2025.

HELB, Michelle; LAW, Charlie; KING, Eden. Sexism. In: DOVIDIO, John et al. **The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**. Califórnia: Sage Publishing, 2010.

LAGO, Aldina de Santana *et al.* Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 1, p. 356–373, 2025.

LIMEIRA, Emanuely de Miranda; ROCHANETO, Antônio da Silva. A Síndrome de Estocolmo nos casos de violência doméstica contra a mulher. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. 2937–2961, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16685>. Acesso em: 22 nov. 2025.

LINS, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas: a Lei Maria da Penha e o trabalho policial**. Editora Unifesp, 2021.

LINS, Beatriz Accioly. “Não existe policial de DDM, existe policial”: escolhas, empatia e militância em estudos sobre violência contra mulheres entre policiais de Delegacias de Defesa da Mulher. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 88-104, 2017.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; SOUZA, Marcos Aparecido de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 298-322, 2021.

PAIVA, Livia de Meira Lima; SABADELL, Ana Lúcia; VIEIRA, Thamires Maciel. Violência sexual de gênero e patriarcalismo jurídico: a falta de credibilidade da vítima em processos judiciais. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2024.

PARKER, Charlotte; SCOTT, Sam; GEDDES, Alistair. **Snowball Sampling**. SAGE Research Methods Foundations, Gloucestershire, 2020.

PEDROSO, Júlia de Souza; SILVA, Kauana Soares da; SANTOS, Laiza Padilha dos. **Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva**. Jicex, Santa Cruz, v. 9, n. 9, 2017.

PEDROSO, Margarete Gonçalves. O assédio sexual como infração disciplinar. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, n. 95, p. 226-258, 2022.

RAZERA, Josiane; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; FALCKE, Denise. Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

RIBEIRO, Laura da Cunha Gomes et al. Por detrás da farda feminina:: uma análise da atuação das mulheres na Polícia Militar brasileira sob a perspectiva de gênero. **Revista do Ministério Público Militar**, v. 50, n. 39, p. 201-222, 2023.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher?. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. e43413, 2018.

SIGELMANN, Elida. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arq. bras. Psic.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 141-155, jul./set., 1984.

SILVA, Juliana Krupp da; RUDNICKI, Dani; CAMPOS, Carmen Hein de. Percepções sobre a igualdade entre homens e mulheres na Polícia Militar do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 1, p. 254-269, 2023.

VIANA, Guilherme Manoel de Lima. Vítimas invisíveis: o impacto da cultura do estupro no processo de vitimização. **Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 324-347, 2024. Disponível em: <https://revista.provitima.org/ojs/index.php/rpv/article/view/79>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CARVALHO, A. S; COSTA, F. L; GOMES, A. A. A. M. Compreensão e Manifestação de Sexismo no Contexto Policial Brasileiro. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 3, art. 8, p. 167-193, mar. 2026.

Contribuição dos Autores	A. S. Carvalho	F. L. Costa	A. A. A. M. Gomes
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.			X

